



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006134-89.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **Valquiria Ribeiro da Cruz Freire**
Requerido: **Banco Bradesco S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter recebido do réu notificação a propósito da emissão de cheques sem provisão de fundos, o que a surpreendeu porque eles atinavam a conta encerrada há mais de quatro anos.

Alegou ainda que buscou explicação para o que estaria sucedendo, mas não obteve êxito, até que foi inserida perante órgãos de proteção ao crédito em decorrência daqueles fatos.

Almeja ao ressarcimento dos danos morais que suportou.

A autora não refutou o argumento expendido pelo réu de que os cheques em apreço constavam de talonário pela mesma retirado em 2008, sendo de outra parte certo que há anos a conta respectiva se encontra encerrada.

Não obstante se possa vislumbrar aí que a autora contribuiu para a eclosão do episódio trazido à colação ao não inutilizar o talonário, isso não exime a responsabilidade do réu porque somente a culpa exclusiva da mesma teria tal condão (art. 14, § 3º, inc. II, do Código de Defesa do Consumidor).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Não foi o que aconteceu na espécie porque o réu de igual modo obrou com culpa ao proceder à devolução das cédulas por insuficiência de fundos.

A alegação de que o fato da conta estar encerrada foi o que fundamentou essa devolução não se acolhe diante dos documentos de fls. 23/27 e 34/35, aludindo todos eles à falta de provisão para tanto.

Por fim, o documento de fl. 32 deixa clara a inscrição da autora perante a SERASA precisamente sob a rubrica "Cheques Sem Fundo BACEN", na esteira do relato exordial.

O quadro delineado revela como já assinalado que o réu obrou com culpa na hipótese vertente.

Mesmo com o encerramento da conta da autora há vários anos – e a despeito da evidente divergência de assinatura da autora com a constante das cédulas, inclusive com a grafia errada do nome dela (Crus e não Cruz), como deflui do cotejo de fls. 08 e 16/21 – ele devolveu os cheques por falta de fundos, sendo esse o motivo que levou à negativação da autora.

Nesse contexto, transparecendo à evidência essa negativação como ilegítima, resta patenteado o dano moral passível de ressarcimento suportado pela autora, consoante pacífica jurisprudência:

“Consoante jurisprudência firmada nesta Corte, o dano moral decorre do próprio ato lesivo de inscrição indevida junto aos órgãos de proteção ao crédito, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela autora, que permite, na hipótese, facilmente presumir, gerando direito ao ressarcimento” (REsp 679.166/MT, Rel. Min. **JORGE SCARTEZZINI**).

“Em se tratando de cobrança indevida, de rigor o reconhecimento de que a inscrição do nome do apelante no rol dos inadimplentes foi também indevida, daí decorrendo o dano moral por ele reclamado, passível de indenização. É entendimento pacífico do Colendo Superior Tribunal de Justiça que nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes o dano moral configura-se in re ipsa, prescindindo de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica” (AgRg no REsp 860.704/DF, Rel. Min. **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**).

No mesmo sentido: REsp. 110.091-MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JÚNIOR**; Resp. nº 196.824, Rel. **CÉSAR ASFOR ROCHA**; REsp. 323.356-SC, Rel. **ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO**).

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pela autora, que transparece excessivo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida à autora em R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu a pagar à autora a quantia de R\$ 6.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Torno definitiva a decisão de fl. 36.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 27 de dezembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**